

(II) SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: QUE FUTURO? (Mau Humor Estudantil: Quando a escrita se transforma na única forma de alimentar as esperanças) (2/8)

(II)

OBS: este trabalho de críticas e pontos de vista pessoais de um estudante santomense, foi escrito no início da década de noventa, enquanto estudante universitário em Kharcov, Ucrânia – Ex-União Soviética. O fato de ter sido manuscrito, obrigou a que se tornasse necessário a sua digitalização, o que foi feito paulatinamente. Contém 62 páginas e para que a leitura do mesmo não seja, por isso, muito enfadonha, esta publicação, utilizando este espaço deste jornal digital, é feita de forma faseada em 8 unidades (bibliografia, introdução e que fazer?, pesca e pecuária, turismo, desporto, cultura, ensino superior, economia e política), sendo que desta vez é publicada a unidade 2/8 que compreende A PESCA E A PECUÁRIA.

ÍNDICE

O MEU EU	Erro! Indicador não definido.
INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
I. QUE FAZER?	Erro! Indicador não definido.
II. A PESCA	Erro! Indicador não definido.
III. A PECUÁRIA	Erro! Indicador não definido.
IV. O TURISMO	Erro! Indicador não definido.
IV.1. O Desporto	Erro! Indicador não definido.
IV.1.1. A Associação dos Clubes desportivos	Erro! Indicador não definido.
IV.2. A Cultura	Erro! Indicador não definido.
IV.2.1. Os agrupamentos culturais	Erro! Indicador não definido.
IV.3. O Ensino Superior como grande vítima	Erro! Indicador não definido.
IV.3.1. A contribuição dos estudantes no desenvolvimento do turismo	Erro! Indicador não definido.
definido.	
IV.3.1.1. Organização Estudantil.....	Erro! Indicador não definido.
V. ECONOMIA.....	Erro! Indicador não definido.
V.1. Sector energético	Erro! Indicador não definido.
V.1.1. Hidroenergia	Erro! Indicador não definido.
V.1.2. Fornecimento de água e energia eléctrica.....	Erro! Indicador não definido.
V.2. Outros assuntos.....	Erro! Indicador não definido.
V.2.1. Centro de aconselhamento para investimentos.....	Erro! Indicador não definido.
V.2.2. Protecção do ambiente	Erro! Indicador não definido.
VI. POLÍTICA.....	Erro! Indicador não definido.
VI.1. Exemplos dos efeitos negativos dum regime (guarda-costas)....	Erro! Indicador não definido.
VI.2. A Censura	Erro! Indicador não definido.
VI.3. Sistema de governação para STEP	Erro! Indicador não definido.

OBS:

Na primeira publicação (1/8) feita neste site de TELA NON em 18-10-2023 (<https://www.telanon.info/politica/2023/10/18/42113/sao-tome-e-principe-que-futuro-3/>), houve um erro na publicação, talvez por se ter utilizado o formato WORD, pelo que algumas informações não foram publicadas. Assim, introduzo-as nesta publicação para que não se fuja da realidade do que o texto queria informar. Apresento o excerto, em falha, no formato PDF.

Todas próximas publicações serão feitas em formato PDF de modo a tentar evitar erros na publicação.

... .. EXCERTO DO TEXTO PUBLICADO

Entre 20 e 23 de Março de 1979 passei por algumas peripécias que vale a pena aqui relatar, que justificam que naquele tempo alguma atenção especial era dada aos doentes. Ora vejamos:

TEXTO NÃO PUBLICADO OU PUBLICADO COM FALHAS

- ✓ em 20 de março de 1979 fui internado no chamado prédio do bloco.
- ✓ No dia seguinte, 21 de março, o médico, que era um chinês, saiu comigo do quarto, dei umas voltas com ele por alguns gabinetes, não sei o que ele queria, e regressamos ao gabinete médico de oftalmologia e lá ele me informou que o tratamento devia ser no estrangeiro e que ficaria bom.
- ✓ Nesse dia 21 de tarde, uma enfermeira foi-me chamar para que eu fosse atender o telefone. Atendi o telefone e uma voz masculina, não sei de quem era, me informou da possibilidade de eu viajar para Portugal. Essa voz me fez algumas perguntas, entre as quais a minha habilitação, a minha residência, o trabalho do meu pai, etc. O interlocutor perguntou-me também como podiam chegar a minha residência para obtenção do meu Bilhete de Identidade. Eu, depois de lhe dar informações de como chegar ao meu Pai ou minha Mãe, disse-lhe que eu iria à casa para buscar o BI e outros documentos necessários.

O interlocutor simplesmente foi peremptório em me responder que eu não devia sair do hospital, pois era para o meu bem. Eu soube que no dia 21 alguns senhores foram falar com o meu pai e receberam o meu BI.

- ✓ No dia 22, de manhã, no hospital, um barbeiro foi fazer-me o cabelo, depois um fotógrafo foi tirar-me a fotografia.
- ✓ No dia 23 de Março de 1979, saí de S. Tomé com junta médica para Lisboa. Lá em Lisboa, não sei se é porque fui também com outros dois doentes um dos quais em maca, fomos recebidos por agentes da nossa Embaixada e depois fomos hospedados numa Pensão, onde viviam os doentes de RDSTP.
- ✓ A partir daí fui fazendo consultas e análises no Hospital Egas Moniz. Depois dessas consultas e exames, em 1 de Maio de 1979, fui a internar e no dia seguinte, 2 de Maio, fui alvo duma intervenção cirúrgica, em que me retiraram o olho direito, tendo continuado a fazer os tratamentos no mesmo hospital. Em Setembro de 1979 foi-me retirado o penso e passei a utilizar uns óculos que me forneceram. Continuei a fazer consultas até Outubro de 1980, altura que regresssei a S. Tomé.
- ✓ Da chegada a Lisboa em Março de 1979 a Outubro de 1980, tal como outros doentes de STP, vivi em pensão. Essa pensão era requisitada e suportada pela Embaixada de RDSTP em Lisboa.

EXCERTO DO TEXTO PUBLICADO

Quatro dias foram suficientes para que me fosse concedida uma junta médica, sem algum esforço meu, e uma permanência em Lisboa de 18 meses, tudo suportado pelo estado santomense.

... ..

II. A PESCA

A pesca – um ramo que os portugueses não se importaram em desenvolver nestas ilhas apesar de conhecerem as suas potencialidades em recursos marinhos, e apesar desta ser o único real recurso natural que as ilhas possuem já descobertos.

Isso se pode justificar pela insignificância do nosso mercado interno e pelo facto do próprio Portugal ser não menos potencial do que nós em recursos marinhos e pelo facto das outras colónias portuguesas terem sido também detentores de abundantes riquezas marítimas e possuírem um mercado mais amplo do que o nosso.

STEP não possui nem petróleo, nem diamante, nem ouro, nem bauxite, Em suma, qualquer riqueza subterrânea em exploração em que se pudesse apoiar para o desenvolvimento.

Contudo, graças à sua situação geográfica, o país possui peixe.

Sim! Ao peixe temos todo o direito de considerar como única riqueza natural descoberta. De acordo com a sorte actual desta nossa “*riqueza descoberta*”, pode-se deduzir que ainda que o país tivesse petróleo, diamante, ouro, descobertos, a situação económica do país não seria diferente da actual. Aliás, quem garante que não temos petróleo?

Senão vejamos! O peixe, que possuímos já descoberto, não estamos em condições de pô-lo a servir nem o abastecimento normal do mercado, com peixe, nem tão pouco o desenvolvimento do país como fonte digna de aquisição de divisas.

Entretanto, parece-me que o peixe é mais fácil “*extrair*” do que o petróleo, diamante ou ouro.

E se o país não está em condições de pôr o peixe a servir condignamente a sua economia, então devemos esquecer que algum dia estaremos em condições de fazer algo interessante.

Mas permitam-me perguntar: o quê então está o país em condições de fazer?

A resposta a tal pergunta só pode ser dada pelos mais altos dirigentes da sociedade.

Só que a resposta terá mesmo que ser dada, pois ela há-de ter um grande significado no futuro do país.

Após a independência de STEP, o governo bem pensou no desenvolvimento do sector pesqueiro, chegando a ter em funcionamento dois primeiros barcos de pesca.

Entretanto, a ausência de bases político-económicas favoráveis, bases materiais, técnicas, intelectuais, financeiras, sempre prejudicaram o normal funcionamento dessas unidades pesqueiras, conduzindo mesmo à inactivação da própria empresa.

Paralelamente a isso, a escassa importação de materiais para a pesca artesanal ditava as suas condições aos pescadores artesanais.

Não se podia esperar melhor sorte para a pesca em STEP.

Daí se pode concluir que sem o desenvolvimento da pesca de base, ou seja, partindo do desenvolvimento da pesca artesanal, a pesca industrial, com 100% de capital santomense não é possível, principalmente num país onde a moeda nacional não interessa a ninguém no estrangeiro.

O desenvolvimento da pesca artesanal não é possível sem a liberalização, bem como a priorização comercial para o sector pesqueiro. Por outras palavras, a priorização de investimentos no comércio de importação de materiais pesqueiros é um facto vital para o desenvolvimento acentuado da pesca artesanal, o que provavelmente conduzirá à sua transformação em industrial por um processo evolutivo dos pescadores artesanais e da indústria naval que talvez ainda nem se encontra no estado embrionário.

Ultimamente no país anotou-se a tentativa em estimular a criação de sociedades de pescadores.

Excelente ideia. Contudo, a sua real efectivação só pode ser coadjuvada pelos interesses dos próprios pescadores. De qualquer modo, a criação duma sociedade só pode depender dos interesses únicos das partes directamente ligadas a ela e não da vontade e necessidade de terceiros. Os interessados duma sociedade, antes de a formarem, prevêm vantagens. Que vantagens os pescadores artesanais usufruirão das sociedades a que são quase obrigados a ser membros? O direito de comprar, sem “bicha”, materiais de pesca acabados de ser importados? Penso que nem mesmo isso, pois há sempre défice em importações. Para a compensação desse défice é indispensável a priorização de importação de materiais pesqueiros e para a indústria de construção de embarcações pesqueiras.

Entendo a priorização da importação de materiais pesqueiros como a permissão e a liberalização de importação de quaisquer materiais para a pesca em qualquer que seja a quantidade, na isenção total de imposto, a longo prazo, para quaisquer cidadãos, nacionais ou estrangeiros, pescadores ou sapateiros (independentemente da sua profissão).

Os investidores desta ordem podem ser divididos em duas categorias: das que procedem à importação utilizando seus próprios fundos; e das cuja importação depende do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe.

Para os que utilizam seus próprios fundos na importação de materiais pesqueiros e a sua colocação em São Tomé, deve ser prevista uma isenção de impostos paralela na exportação de produtos nacionais em quantidade cuja venda no exterior possa lhes dar lucros até 100% sobre o valor já empregue na importação dos citados materiais. Investidores desta categoria podem ter também o direito de venda dos seus materiais pesqueiros no mercado nacional na ausência de impostos.

Os investidores doutra categoria podem estar sujeitos a uma isenção mais simples e os preços de venda no mercado interno deverão obedecer às leis comerciais vigentes no país. A isenção de impostos poderá abranger unicamente a importação.

Repito! A liberalização na importação de materiais pesqueiros, sob isenção total de impostos, deve abranger todos materiais, sem exclusão, desde os mais pequenos anzóis até grandes embarcações pesqueiras.

Inclusivamente, tal liberdade e isenção deveria abranger também a possível importação de combustível, se se confirmar que essa importação se destina exclusivamente para o consumo da pesca.

A verdade é que, os até agora, dezoito anos de independência, ainda não foram suficientes para criar pescadores ricos, capazes de fazerem desenvolver a pesca artesanal. Pode ser que no futuro, não muito longe, os pescadores artesanais actuais possam, com a devida ajuda, tornar-se ricos suficientes, para fazerem desenvolver a pesca artesanal.

Mas duvido muito. No entanto, devemos todos ser incorrigíveis optimistas.

Enquanto esperamos para que isso aconteça, é bom que medidas sejam tomadas, ao mais alto nível, para o surgimento da pesa semi-industrial e, porque não, industrial.

III. A PECUÁRIA

Durante muitos anos a pecuária organizada estava representada em STEP principalmente em forma de gado bovino que fazia parte de criações em algumas das principais fazendas agrícolas coloniais e, em número reduzido, de alguns nacionais. De qualquer modo, essas criações não satisfaziam cabalmente as necessidades nacionais em produtos dessa natureza. Outro tipo de gado que prevaleceu, mas desta vez, em forma não organizada, era o suíno.

Entretanto, apesar da não organização, se conseguia satisfazer da melhor forma as necessidades da população em carne de porco, já que os porcos faziam parte da propriedade de quase todos os cidadãos ou de quase todas as famílias nacionais.

Infelizmente, após a maldita peste suína que avassalou o país em finais da década de 70 e que tornou possível a liquidação organizada de quase todos os porcos, o abastecimento em carne viu-se ainda mais comprometido. Tal situação não trouxe nada de bom ao povo que ficou proibido de alimentar-se a si um pouco melhor em proteína animal.

Isso deu ao Estado santomense o monopólio absoluto sobre o abastecimento em carne com base na importação.

Após isso, na tentativa de melhorar a situação, o Estado promoveu o desenvolvimento da criação de gados, tendo em primeiro lugar a suinicultura, assim como bovinicultura, cunicultura, avicultura, etc.

Todos sabemos que o objectivo pretendido não foi atingido, pois tudo quanto diz respeito à criação de gado é importado, desde os próprios animais até a alimentação respectiva. E todos sabemos o que significa importação para STEP.

É certo que o desenvolvimento progressivo da pecuária em STEP, principalmente as criações de prisão como a suinicultura, avicultura, depende da capacidade do país em importar a respectiva alimentação. Entretanto, a importação directa de rações pode ser substituída pela sua produção organizada no país, utilizando matéria prima importada para o efeito.

As criações familiares sempre se basearam na alimentação de origem interna que, pelo facto de ser pouco e de produção não organizada, leva a que tais criações sejam feitas geralmente ao ar livre. São muitos os casos em que os criadores não possuem recintos de guarda das suas crias. E ainda que as possuem, em verdade os animais passam mais tempo ao ar livre, vivendo à existencialista,

sob pena de padecerem de fome. Este facto tem sido a causa de muitas encrencas e não poucos conflitos entre vizinhos, o que muitas vezes termina em processos policiais ou judiciais.

A produção organizada de ração, como factor fundamental para o desenvolvimento da pecuária, pode ser conjugada com a produção de outros bens necessários à população, como por exemplo o óleo alimentar.

Devido à pequenez do território nacional e a ausência de terrenos pastais naturais, julgo ser, por enquanto, desaconselhável o desenvolvimento em grande escala da criação de gados de pasto como o bovino, ovino, caprino. Aliás, esse desenvolvimento pode ser possível com a utilização de técnicas modernas para a produção da respectiva alimentação e para a cultura do pasto sem ter que causar prejuízo à paisagem do país. E isso só pode ser possível mediante uma máxima racionalização da utilização dos nossos recursos.

Portanto, minha opinião para a conjugação da produção de ração com a de outros bens necessários à população tem como base a real situação económica do país: o óleo alimentar é um dos produtos que tem sido importado em quantidade significativa mas, o défice sempre houve; o desenvolvimento da pecuária de prisão tem necessariamente que passar pela importação de ração ou de matéria-prima para a sua produção.

Neste caso, porque não conjugar a produção de ração à do óleo com utilização da matéria-prima importada, substituindo deste modo a importação directa dos dois produtos?

Uma das matérias-primas para isso, pode ser, por exemplo, a semente da soja que possui extraordinário teor proteico tanto em ração como em óleo.

No mundo, existem grandes produtores dessa semente, bem como de óleo e ração à sua base.

Condições político-económicas devem ser criadas para que, por um lado, investidores e empresários nacionais interessados, possam entrar em contacto com tais grandes produtores, ou através do governo ou pelos seus próprios meios e, por outro lado, para que tais grandes produtores possam conhecer a situação económica do país e a sua lei de investimentos estrangeiros.

O primeiro permite aos investidores nacionais conhecer as vantagens e desvantagens susceptíveis da implementação dum projecto de produção sistemática de óleo e ração com investimentos de capitais nacionais ou mistos. O segundo permite aos grandes produtores mundiais de óleo e ração conhecer também as vantagens e desvantagens e perspectivas da instalação de filiais suas em território nacional ou a promoção de empresas mistas.

Aqui é indispensável tomar em consideração a situação geográfica do país e as possibilidades de exportação tanto do óleo alimentar como de ração animal.

Todavia, não devemos esquecer que a nossa copra e o nosso coconote também são bons produtores de óleo e possivelmente de ração, desde que sejam convenientemente tratados com e para tal objectivo.

Enquanto isso acarreta responsabilidade financeira para o país, tornando a sua materialização também indesejável, a população santomense poderia rever a sua posição em relação à criação de porcos, inventando uma outra forma complementar para a alimentação suína. Além dos já tradicionais fruta-pão ou matabala. A fruta-pão, como sabemos, é um fruto periódico, o que quer

dizer que há épocas de absoluta carência. A matabala não é periódico, mas a sua produção, em termos de quantidade, pode não justificar a intensificação da suinicultura, já que esse produto, juntamente com a fruta-pão e a banana, representam a base fundamental e de mais fácil acesso na alimentação regular dos santomenses.

A “invenção” atrás citada consistiria na inclusão do mamão como produto base da alimentação dos porcos em STEP.

Este meu ponto de vista parte do facto de que o mamoeiro é uma planta de muito rápido crescimento. Com um ano de vida, um mamoeiro reprodutor, seja em que condições agrícolas ou climáticas estiver sujeito, já estará produzindo e, portanto, reproduzindo. Além disso, num espaço reduzido, pode-se cultivar muitos mamoeiros. Isso sem mencionar o facto de que o mamoeiro é das plantas disposta a desenvolver mesmo sobre as rochas.

E a propósito de coconote! Hoje, sei que ele já não é utilizado. Entretanto, no período colonial até mesmo o “*iagá*” os colonos utilizavam como fonte de rendimentos.

Penso que ainda que o coconote não seja vantajoso exportar devido o seu ínfimo valor, a sua utilização interna não devia ser de tanto menosprezo.